

Justiça Federal condena CSN a entregar documentos da ditadura

Acesso a esse material, segundo a Justiça, vinha sendo restringido pela companhia há décadas, mesmo após a privatização; empresa nega

do Arquivo Nacional

Fotos: Acervo Sindicato dos Metalúrgicos



Tanques do Exército tomaram as ruas de Volta Redonda na época da greve em 1988

A Justiça Federal condenou a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) a entregar ao Arquivo Nacional todos os documentos produzidos antes de sua privatização, em 1993. A sentença foi proferida pela 1ª Vara Federal de Volta Redonda, em ação movida pelo MPF (Ministério Público Federal). A decisão, dada na quarta-feira (26), cabe recurso.

O caso envolve arquivos da ASI (Assessoria de Segurança e Informa-

ções), estrutura interna criada em 1977 e subordinada ao SNI (Serviço Nacional de Informações), que atuava para monitorar trabalhadores, coletar dados de inteligência e repassar informações ao regime militar. O acesso a esse material, segundo a Justiça, vinha sendo restringido pela companhia há décadas, mesmo após a privatização.

Resposta da CSN

Em nota, a CSN afirmou que

“já disponibiliza acesso ao seu acervo documental histórico pré-privatização, reafirmando seu compromisso com a transparência e com a liberdade de informação”. Segundo a empresa, o material é preservado por uma coordenadoria exclusiva, responsável por manter a integridade da documentação.

A CSN declarou ainda que segue “empenhada em assegurar que dados de interesse público estejam acessíveis de forma clara e responsá-

vel, fortalecendo o diálogo com a sociedade e com seus diversos públicos”.

O que a decisão determina

A decisão determina que o Arquivo Nacional faça nova visita técnica à empresa em até 15 dias, para orientar o tratamento do acervo destinado à guarda permanente. Já a CSN deverá liberar acesso a todos os locais onde estejam guardados documentos anteriores à privatiza-

ção, e será responsável por identificar, classificar e avaliar o material, seguindo diretrizes do órgão federal e arcando com os custos. O MPF poderá acompanhar todas as etapas.

Na sentença, o juiz Frederico Montedonio Rego afirmou que cabe ao poder público garantir a preservação da memória nacional e classificou como inconstitucional a prática da CSN de tratar como privados documentos produzidos quando ainda era estatal.

Em trecho da decisão, o magistrado escreveu que a empresa se tornou “senhora da memória e do esquecimento”, ao limitar o acesso a registros que contam parte da história de Volta Redonda, do estado do Rio e do país.

Além da disputa institucional, a sentença cita investigações que apontam possíveis violações de direitos humanos cometidas dentro da companhia durante o regime militar. A abertura do acervo, segundo o juiz, é fundamental para garantir o direito à memória, verdade e justiça, reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, e para evitar que violações semelhantes se repitam.

Por Aléxia Sousa - Folhapress

1988: Um ano que Volta Redonda nunca vai esquecer

Por Erlon Couto (PSTU), 2020

Volta Redonda (RJ) surge junto com a primeira usina siderúrgica do Brasil que moldou o perfil do operariado nacional. Milhares de jovens trabalhadores rurais, predominantemente negros e negras, vieram do sul de Minas Gerais e arredores para construir a Companhia Siderúrgica Nacional e a cidade do aço no final da Era Vargas.

O distrito foi emancipado em 17 de julho de 1954, e em 1973 a cidade foi declarada pelo governo federal da ditadura militar área de segurança nacional, situação que perdurou até 1985.

A cidade em 1988 possuía 180 mil habitantes aproximadamente e era um caldeirão político que se dinamizava e se diversificava nas Associações de Moradores, nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), Pastorais Sociais, o movimento estudantil, os Coletivos de Posseiros Urbanos, partidos e sindi-

catos, sendo o mais importante o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Volta Redonda e região, hoje Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, foi fundado em 19 de Maio de 1945, e na década de 1970, com o fim da intervenção militar na instituição, foi eleito Valdemar Lustosa, que após três mandatos, seria combatido pelo Novo Sindicalismo da recém fundada Central Única dos Trabalhadores.

Em 20 de agosto de 1987 estoura a terceira Greve Geral no país, mobilizando próximos de 25 milhões de trabalhadores. Em Volta Redonda comerciantes, estudantes, rodoviários e professores garantem uma ampla paralisação. Na CSN o exército reprime os trabalhadores que são obrigados a retornar aos trabalhos no final da tarde. Era preciso dar um basta a essa repressão.

No dia 7 de novembro de 1988 é deflagrada a greve pelos metalúrgicos da CSN e ocupam setores estratégicos da usina e

mantém-se irredutíveis e determinados a garantir suas reivindicações sendo a mais emblemática o Turno de 6 horas.

O exército e seus batalhões do centro sul fluminense são mobilizados em uma caravana de guerra que envolveu, blindados, tanques, artilharia, dezenas de soldados e um efetivo truculento de policiais militares que invadiam e fechavam o comércio, agrediam os trabalhadores nas ruas e promoveram um toque de recolher sem prazo de fim: Volta Redonda estava sitiada e a CSN completamente cercada.

Os metalúrgicos mantinham-se firmes na greve, e em resposta a truculência militar a cidade sublevou-se através dos movimentos sociais. A palavra de ordem era somente uma: ‘a greve continua!’

Quando o exército invade a usina o enfrentamento é inevitável e o saldo trágico: centenas de operários feridos e três jo-

vens metalúrgicos brutalmente assassinados, Carlos Augusto Barroso, 19 anos; Valmir Freitas Monteiro, 22 anos; e William Fernandes Leite, 23 anos.

A comoção na cidade foi generalizada e algumas assembleias e atos se tornaram inesquecíveis, como a missa campal em que a população bradou ‘povo unido jamais será vencido’ e o ato do sindicato em que foi entoado e cantado a Internacional Comunista por centenas de pessoas que ocupavam as ruas. A tragédia ficou conhecida como o “massacre de Volta Redonda”.

Em 1º de maio de 1989 foi inaugurado o Memorial 9 de Novembro, um monumento projetado por Oscar Niemeyer em homenagem aos três trabalhadores mortos na greve de 1988. Foi implodido no dia seguinte por elementos de extrema-direita ligados ao Exército. Os trabalhadores e o sindicato recuperaram o Monumento 9 de Novembro,

deixando vestígios aparentes para que mais essa violência não fosse esquecida.

A privatização

Com a eleição de Collor de Mello, a década de 1990 no Brasil foi marcada pela rapinagem das privatizações das empresas e indústrias públicas. A CSN era um alvo em potencial, mas faltava um elemento de grande importância: o sindicalismo de conciliação de classes.

Então, em 1993, Força Sindical foi fundada em 8 de Março de 1991 e no ano seguinte derrotava a CUT em Volta Redonda conquistando um dos primeiros sindicatos operários de sua história.

Em 1993, a empresa foi privatizada pelo governo do então presidente Itamar Franco, que já havia demitido 70% dos funcionários da empresa. Na época, a chamada de ‘política de parcerias’ retirava direitos dos metalúrgicos.